

SCANIA BANCO S.A.

CNPJ nº 11.417.016/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Scania Banco S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício, o Banco apresentou um lucro de R\$ 94.078, correspondente a R\$ 0,2295 por ação. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia ampliado do Conglomerado Prudencial foi de 10,7%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN. **Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no website do Banco. <https://www.scania.com.br/pt/home/services/finance-and-insurance/finance/estrutura-de-gerenciamento-de-riscos-do-scania-banco-s-a.html>, que não faz parte das demonstrações financeiras. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e a adequação do Patrimônio de Referência (PR), também estão disponíveis no site acima. O Banco elaborou um plano de implementação de sua política de responsabilidade socioambiental, tendo sido implementada no exercício de 2015. O Banco adotou uma postura conservadora para aprovação de renegociação para clientes com contratos já renegociados. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas por essa diretoria em reunião realizada em 14 de março de 2023. São Bernardo do Campo, 14 de março de 2023. **Agradecemos aos nossos colaboradores pelo apoio, comprometimento e dedicação, aos acionistas e clientes pela confiança.**

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Dez/22	Dez/21	PASSIVO	Nota	Dez/22	Dez/21
Circulante		3.895.779	2.501.805	Circulante		3.677.313	2.755.612
Disponibilidades	6	21.711	1.360	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		3.562.358	2.654.932
Instrumentos Financeiros		3.870.261	2.482.453	Depósitos	13	2.100.849	1.504.242
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	77.050	52.018	Obrigações por empréstimos e repasses	14	1.461.030	1.120.944
Operações de crédito	9	3.793.211	2.430.435	Dividas subordinadas	16	479	29.746
Operações de arrendamento mercantil	9	16.798	18.886	Provisões	15.b	12.083	12.585
(-) Provisões para Perdas Esperadas				Diversos		12.083	12.585
Associadas ao Risco de Crédito	9	(73.423)	(44.745)	Obrigações fiscais correntes e diferidas		102.872	88.095
Operações de crédito		(73.404)	(44.629)	Fiscais e previdenciárias	15.a	102.872	88.095
Operações de arrendamento mercantil		(19)	(116)	Não circulante		5.014.323	3.076.067
Outros ativos	10	50.432	40.651	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		5.002.162	3.072.696
Rendas a receber		21	25	Depósitos	13	3.462.530	1.195.582
Diversos		50.411	40.626	Obrigações por empréstimos e repasses	14	1.519.632	1.857.114
Não circulante		5.615.294	4.038.654	Dividas subordinadas	16	20.000	20.000
Instrumentos Financeiros		5.579.802	4.010.948	Provisões	15.c	4.480	3.308
Títulos e valores mobiliários	8	785	785	Passivos Contingentes		4.480	3.308
Operações de crédito	9	5.579.017	4.010.090	Outros Passivos	17	7.881	63
Operações de arrendamento mercantil	9	11.890	13.386	Rendas a Receber		7.881	63
(-) Provisões para Perdas Esperadas				Patrimônio líquido	18	815.596	721.428
Associadas ao Risco de Crédito	9	(44.822)	(33.932)	Capital			
Operações de crédito		(44.749)	(33.849)	De domiciliados no exterior		410.000	410.000
Operações de arrendamento mercantil		(73)	(83)	Reserva legal		20.603	15.899
Ativo fiscal diferido		68.364	48.172	Reserva estatutária		384.903	295.229
Ativo fiscal diferido	23.b	68.364	48.172				
Permanente		6.129	12.848				
Investimentos em controlada	11	6.129	12.848				
Amortização		408	408				
Antecipação		(408)	(408)				
Total do ativo		9.507.142	6.553.107	Total do passivo e patrimônio líquido		9.507.142	6.553.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: O Scania Banco S.A. ("Banco") que está localizado no Av. Osório, 12, 151, P36-10 - Portaria B, na cidade de São Bernardo do Campo - SP, Brasil, foi constituído em 12 de agosto de 2009 e obtve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 4 de dezembro de 2009, para operar sob a forma de banco múltiplo individual, com as carteiras de crédito, financiamento e investimento, e arrendamento mercantil. O Banco tem como seu único acionista e controlador a Scania Finance Holding AB. O Scania Banco S.A. iniciou suas operações durante o primeiro trimestre de 2010 e tem seguido o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2008, realizando operações de FINEME, FINEAC, Leasing, Leasing, Crédito Direto ao Consumidor - CDC e Vendor. As operações visam suportar as vendas aos clientes de produtos da marca Scania.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alteradas introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Resolução 4.818/20 e BCB nº 02 de 12/08/20, consecutivas ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas da Administração, considerando os fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, mensuração de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 14 de março de 2023. As Resoluções CMN nº 4.818/20 e BCB nº 02 de 12/08/20 dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido, incluindo a Demonstração de Resultado Abrangente. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as referidas normas. Os procedimentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/06; b) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; c) CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; e) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; f) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; g) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; h) CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; i) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; j) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.559/16; k) CPC 33 (R1) - Benefícios - Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; l) CPC 41 (R1) - Resultado por Ação - homologado pela Resolução CMN nº 4.819/20; m) CPC 41 (R1) - Mensuração do Valor Justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19; n) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; Resolução CMN nº 4.966/2021 com vigência prevista a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros e contabilidade de hedge. A principal mudança está na classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa para prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. O Scania Banco elaborou um plano de implementação contendo os seguintes tópicos: • Teste de SPJU (coleta somente de principais e juros) e Manuais Internos de especificações e Modelo de Negócio dos instrumentos financeiros; • Comprovação de impactos específicos que impactam as classificações e mensurações dos instrumentos financeiros; • Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros; • Documentos Regulatórios; • Impactos Fiscais; • Cálculo de Provisão para Perda Esperada associada ao risco de crédito; • Capital Regulatório; • Taxa Efetiva de Juros; • Tecnologia; • Pessoas; • Novo Plano de Contas COSIF; • Compliance e Controles Internos. O Cronograma do Plano de Implementação está sendo mapeado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, visto que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para que ocorra a implementação total.

3. Principais políticas contábeis: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* para o caso de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas preferenciais são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas preferenciais são atualizadas até a data do balanço. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, de acordo com a Resolução do BACEN nº 4.818/20, caixas e equivalentes de caixas são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data de aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas no custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado no resultado. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Ao determinar a divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir: **Nível 1:** preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos líquidos; **Nível 2:** informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; **Nível 3:** dados não observáveis para ativos ou passivos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos. **e) Operações de crédito e arrendamento mercantil e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito e arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "E" (risco máximo). As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e seus respectivos resultados, foram reclassificadas para o grupo de "Operações de arrendamento mercantil". As operações de crédito e arrendamento mercantil estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada, sendo atualizada até o 59º dia de atraso. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do nível de risco, são somente reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/09, conforme demonstrado na Nota 9. **f) Outros Ativos:** **Diversos:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidas e ajustados ao valor de aquisição, quando aplicável e também representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em diação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário. **g) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve reconhecer eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido, reconhecida no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto ativo fiscal diferido, cuja realização é avaliada mensalmente. **i) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses e dívida subordinada:** As operações estão registradas por seus respectivos valores, acrescidos dos encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **Outras obrigações - Diversas:** Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas. **k) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre. A contribuição social é calculada pela alíquota de 15%, conforme Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, conversão da Medida Provisória nº 675. A alíquota da CSLL, para bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. A Medida Provisória nº 1.115/22, publicada no Diário Oficial da União em abril de 2022, no seu artigo 1º, alterou as disposições normativas previstas na Lei nº 7.689/98 majorando a alíquota da contribuição social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as instituições financeiras e equiparadas. A alteração elevou de 20% para 25% a alíquota de 15% (vinte e um por cento) a alíquota da CSLL a partir de 1º de agosto de 2022 com vigência até 31 de dezembro de 2022, sendo que após 1º de janeiro de 2023 a alíquota retornará ao patamar de 20%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias. Os ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização (ou reversão) das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os ativos fiscais diferidos são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes obrigações legais e divulgação de provisões são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado no opinião de assesso-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Zº Semestre 2022	Dez/22	Dez/21
Receitas da intermediação financeira		533.071	918.152	576.951
Operações de crédito e arrendamento mercantil	9	528.899	911.436	573.904
Resultados de operações com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários		4.172	6.716	2.957
Despesas da intermediação financeira		(416.826)	(694.882)	(381.325)
Operações de captação no mercado	13	(217.480)	(341.648)	(121.737)
Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento	14.c	(156.818)	(297.515)	(220.901)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(42.428)	(55.719)	(38.687)
Resultado bruto da intermediação financeira		116.245	223.270	194.726
Outras receitas/(despesas) operacionais		(29.621)	(53.555)	(48.456)
Rendas de prestação de serviços		6.136	8.843	8.431
Despesas de pessoal	19	(18.909)	(32.252)	(30.157)
Outras despesas administrativas	20	(9.533)	(18.608)	(15.694)
Despesas tributárias	22	(9.937)	(16.966)	(15.477)
Resultados de participação em controlada	11	1.876	4.280	4.546
Outras receitas operacionais	21	2.221	4.257	2.190
Outras despesas operacionais	21	(1.475)	(3.107)	(2.295)
Resultado operacional		86.624	163.717	146.270
Resultado antes da tributação		86.624	163.717	146.270
Imposto de renda e contribuição social	23.a	(39.231)	(75.639)	(68.729)
Provisão para imposto de renda		(30.325)	(52.959)	(44.702)
Imposto para contribuição social		(25.317)	(42.871)	(39.273)
Imposto fiscal diferido		16.411	20.191	15.246
Lucro líquido do período		47.393	94.078	77.541
Resultado por ações		0.1156	0.2295	0.2364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Zº Semestre 2022	Dez/22	Dez/21
Lucro Líquido do período		47.393	94.078	77.541
Lucro líquido abrangente do período		47.393	94.078	77.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		270.000	12.022	221.865	-	503.887
Aumento de capital	18.a	140.000	-	-	-	140.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	77.541	77.541
Destinação para reservas de lucros		-	3.877	73.664	(77.541)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		410.000	15.899	295.529	-	721.428
Saldo em 31 de dezembro de 2021		410.000	15.899	295.529	-	721.428
Lucro líquido do exercício		-	-	-	94.078	94.078
Destinação para reservas de lucros	18.b.c	-	4.704	89.374	(94.078)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		410.000	20.603	384.903	-	815.506
Saldo em 31 de junho de 2022		410.000	18.233	338.880	-	768.113
Lucro líquido do semestre		-	-	-	47.393	47.393
Destinação para reservas de lucros		-	2.370	45.023	(47.393)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		410.000	20.603	384.903	-	815.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e) Por nível de concentração do total da carteira	Dez/22	Dez/21	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldo em 31 de dezembro de 2020			12.022	221.865	-	503.887
Aumento de capital	18.a		-	-	-	140.000
Lucro líquido do exercício			-	-	77.541	77.541
Destinação para reservas de lucros			-	3.877	73.664	(77.541)
Saldo em 31 de dezembro de 2021			15.899	295.529	-	721.428
Saldo em 31 de dezembro de 2021			15.899	295.529	-	721.428
Lucro líquido do exercício						

...continuação

SCANIA BANCO S.A. - CNPJ nº 11.417.016/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

21. Outras receitas e despesas operacionais: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as outras receitas e despesas operacionais são compostas como segue:

	2º Semestre 2022	Dez/22	Dez/21
Ressarcimento de custas judiciais	2.222	4.258	2.190
Descontos concedidos	(430)	(803)	(314)
Processos trabalhistas	(46)	(542)	(965)
Processos cíveis	(999)	(1.762)	(1.016)
Outras despesas operacionais	(1)	(1)	-
Total	746	1.150	(105)

22. Despesas tributárias

	2º Semestre 2022	Dez/22	Dez/21
Contribuição ao PIS/PASEP	1.042	1.840	1.562
Contribuição ao COFINS	6.411	11.319	9.611
Impostos e taxas estaduais	1.820	2.630	2.435
Outros	664	1.177	1.869
Total	9.937	16.966	15.477

23. Imposto de renda e contribuição social

a.) Composição das despesas com impostos e contribuições diferidos

a.1) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	Dez/22	Dez/21
Ativo fiscal diferido de imposto de renda	10.862	7.875
Ativo fiscal diferido de contribuição social	8.690	6.452
Passivo fiscal diferido de imposto de renda	639	919

...continuação

	Dez/22	Dez/21
Imposto de renda - valores correntes	(52.959)	(44.702)
Contribuição social - valores correntes	(42.871)	(39.273)
Total	(75.639)	(68.729)

a.2) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Dez/22		Dez/21	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	169.717	169.717	146.270	146.270

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:

	Dez/22		Dez/21	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
PDD (Adição - Líquida)	43.399	43.399	27.805	27.805
Equivalência patrimonial (Nota 11)	(4.280)	(4.280)	(4.546)	(4.546)
Gratificações a administradores	1.328	-	2.528	-
Outras adições e exclusões	307	307	416	416
Superveniência/Insuficiência de depreciação	2.554	-	3.677	-
Outras adições e exclusões temporárias	52	52	3.693	3.693
Lucro real e base de cálculo dos tributos	213.077	209.195	179.843	173.638

	Dez/22	Dez/21
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes	53.245	42.871
(-) Deduções de incentivos fiscais	(286)	-

...continuação

	Dez/22		Dez/21	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total de Imposto Corrente	52.959	42.871	44.702	39.273

Total de Imposto Corrente

Imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias

	Dez/22	Dez/21
Imposto de renda - passivo diferido	(10.862)	(8.690)
Imposto diferido	(639)	(919)
Total imposto de renda e contribuição social corrente	(11.501)	(8.690)

b) Ativos fiscais diferidos: Os ativos fiscais diferidos de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente dedutíveis. Os ativos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

	Dez/22		Dez/21	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total	41.458	34.181	35.908	32.821

Descrição

Diferenças temporárias

	Saldo Dez/21	Constituições	Realizações	Saldo Dez/22
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - IRPJ	23.443	13.930	(3.080)	34.293
Outras diferenças temporárias	3.631	2.130	(1.477)	4.284
Total	27.074	16.060	(4.557)	38.577

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - CSLL

	Saldo Dez/21	Constituições	Realizações	Saldo Dez/22
Outras diferenças temporárias	18.755	11.701	(3.022)	27.434
Outras diferenças temporárias	2.343	1.251	(1.241)	2.353
Total	21.098	12.952	(4.263)	29.787

Total

Os ativos fiscais diferidos serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 4.842/20 BACEN e a compensação depende da natureza do crédito gerado. Os ativos fiscais diferidos de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias.

Créditos tributários

	IRPJ	CSLL	TOTAL
Até 1 ano	9.709	7.304	17.013
De 1 a 2 anos	13.019	9.804	22.823
De 2 a 3 anos	2.950	2.360	5.310
De 3 a 4 anos	5.744	4.595	10.339
De 4 a 6 anos	7.155	5.724	12.879
Total	38.577	29.787	68.364

Total a valor presente (*)

(*) O Ajuste a valor presente foi realizado com uma taxa de desconto de 13,75%, utilizando a taxa Selic meta em 31/12/2022.

24. Resultados não recorrentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco registrou resultado não recorrente de R\$ 1.330 (R\$ 5.084 em 31 de dezembro de 2021) referente a majoração de alíquota da CSLL sobre o efeito da reversão apurada no final do exercício.

25. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2023, foi deliberado sobre o aumento de Capital Social no montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) mediante a emissão de 200.000.000 (duzentas milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações foram subscritas e o aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 01 de fevereiro de 2023.

A Diretoria

Leandro Cezar Sanchez Garcia - Contador - CRC 1SP247108/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e ao Conselho de Administração do

Scania Banco S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scania Banco S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scania Banco S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador
CRC-1SP00534/O-8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 21/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/21/SCANIABANCO1568367421032023.pdf>
Hash: 16793453124e85dd512ad642b08f3d45c4f39916ba